

A FORMAÇÃO SOCIAL E CULTURAL NO SUL  
DO BRASIL: A “MANCHA LOIRA” COMO UM  
CONTRAPONTO AO BRASIL “MESTIÇO E MULATO”

*Maria Julieta Weber Cordova\**  
julieta.weber@yahoo.com.br

RESUMO: A análise tratou do contraponto entre o discurso sobre a “mancha loira” do Brasil, formulada por Bento Munhoz da Rocha Netto na obra “Presença do Brasil” em relação ao Brasil “mestiço e mulato”, caracterizado em “Casa Grande & Senzala” por Gilberto Freyre. Bento foi um político de considerável representatividade no Paraná e um intelectual que atuou em defesa da identidade e do território paranaense. Bento procurou fundamentar que no sul a questão da miscigenação foi o elemento diferenciador daquele grande modelo abordado por Freyre, em que se considerou o “mulato” como o brasileiro por formação.

PALAVRAS-CHAVE: Regionalismo; Formação social e histórica; Miscigenação.

## INTRODUÇÃO

A delimitação da análise para o enfoque regional teve como objetivo indagar sobre as condições de produção do discurso que delineou a formação social e histórica no sul do Brasil. Num contexto em que o estudo social e histórico não se vinculava às suas especificidades disciplinares, formularam-se e instituíram-se discursos sobre o que viria a constituir o estudo regional, na sua formação e no seu caráter identitário. Bento Munhoz da Rocha Netto constitui-se numa referência a esse processo que norteou as diretrizes sociais e históricas no estudo regional paranaense.

O artigo trata, portanto, de “lutas simbólicas” utilizadas para o conhecimento ou reconhecimento de efeitos simbólicos num discurso científico. Assim procedendo, a análise contempla a noção de “trajetória” enquanto “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente

---

\* Licenciada em História e Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

(ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes” (BOURDIEU, 1996, p. 81).

A trajetória de Bento Munhoz é reveladora de que as “lutas simbólicas” que então se travavam na primeira metade do século XX no Paraná condiziam com o momento de afirmação identitária regional paranaense. É nesse ponto que convém atentar às tomadas de posições e à pretensão em instituir um discurso que leve em conta o princípio de “di-visão”, em que os intelectuais assumem um “papel preponderante” tanto no campo científico como no campo social:

Compreende-se melhor a necessidade de explicitar completamente a relação entre as lutas pelo princípio e di-visão legítima que se desenrolam no campo científico e as que se situam no campo social (e que, pela sua lógica específica, concedem um lugar preponderante aos intelectuais). Toda a tomada de posição que aspire à “objectividade” acerca da existência actual e potencial, real ou previsível, de uma região, de uma etnia ou de uma classe social e, por esse meio, acerca da pretensão à instituição que se afirma nas representações “partidárias”, constitui um certificado de realismo ou um veredicto de utopismo o qual contribui para determinar as probabilidades objectivas que tem essa entidade social de ter acesso à existência (BOURDIEU, 2006, p. 119).

O discurso científico é consagrador, portanto, de critérios de “divisões” e de “visão das divisões”, e gerador de um “efeito simbólico”:

O efeito simbólico exercido pelo discurso científico ao consagrar um estado das divisões e da visão das divisões, é inevitável na medida em que os critérios ditos “objectivos”, precisamente os que os doutos conhecem, são utilizados como armas nas lutas simbólicas pelo conhecimento e pelo reconhecimento: eles designam as características em que pode firmar-se a acção simbólica de mobilização para produzir a unidade real ou a crença na unidade [...] (BOURDIEU, 2006, p. 119-120).

E as produções da intelectualidade paranaense defendiam o apego às questões identitárias e traziam justamente esse “efeito simbólico” do discurso científico proferido essencialmente pelos doutos.

Bento Munhoz da Rocha Netto enquanto um intelectual de veia paranaense, trabalhou com questões pertinentes à formação social e cultural paranaense, procurando reiteradamente reforçar a idéia de construção de uma identidade paranaense. Sua herança familiar ervateira<sup>1</sup> esteve presente em seus discursos. Bento Munhoz participou ativamente das lutas de expansão

do território paranaense, num contexto em que o Paraná não havia consolidado suas fronteiras e em que questões como grilagem, posse indevida de terras e carência de estradas que interligassem o interior do estado, eram uma constante na pauta das discussões políticas e econômicas.

Mas certamente o momento de consagração intelectual de Bento deu-se, de forma especial, pela publicação de “Presença do Brasil”, em 1960. A obra pode ser considerada um marco em sua trajetória intelectual. Editada em 1960 pela José Olympio, constitui o n.º 104 da Coleção Documentos Brasileiros, dirigida pelo historiógrafo Octavio Tarquínio de Sousa. Tal Coleção, que tinha como objetivo a divulgação de estudos que compreendessem a “terra” e a “gente” brasileira, foi inicialmente dirigida por Gilberto Freyre (até o n.º 18) e teve a obra “Raízes do Brasil”, em 1936, de Sérgio Buarque de Holanda, como seu primeiro volume.

Fazer parte dessa Coleção, trazendo a marca do regionalismo paranaense enquanto a “mancha loira” do Brasil e invocando diferenciais na formação social e cultural sulista, como o culto da Mãe-Loira em contraponto ao culto da Mãe-Preta, revela não somente um certo determinismo regional do autor, mas a própria afirmação institucional do estudo regional que se pautava em critérios sociais e históricos. É com esse teor que Bento discutiu, tendo por base a formulação de um discurso científico identitário, fundamentado em instâncias de uma linguagem autorizada<sup>2</sup>, sobre a formação social e cultural do sul do Brasil.

No entanto, antes de adentrar ao tema da formação social e cultural sulista, procurou-se esclarecer, num primeiro momento, algumas questões concernentes ao contexto em que se fomentou o ideal regional identitário paranista, em que a intelectualidade paranaense buscou instituir um discurso científico sobre a identidade do paranaense. Bento foi um intelectual comprometido com o discurso paranista e objetivou demarcar criteriosamente elementos regionais alusivos ao Paraná enquanto território representativo da formação social e cultural do sul do Brasil.

## 1 O IDEAL REGIONAL IDENTITÁRIO PARANISTA E A INSTITUIÇÃO DE UM DISCURSO CIENTÍFICO

O estudo regional identitário requer que se contemple o contexto em que se configurou o ideário republicano de identidade nacional. Procurar compreender o alcance discursivo desse processo não é tarefa simples, especialmente num país que apresenta tantas complexidades e diversidades regionais como o Brasil. Mas pode-se notar que a busca pela identidade, desde a Primeira República, passava tanto no plano nacional, como no plano

regional. E o ideal republicano trazia em seu seio, já em primeira instância, incertezas e questionamentos acerca do que era ser brasileiro e do que afinal representava ser um país republicano:

A busca de uma identidade coletiva para o país, de uma base para a construção da nação, seria tarefa que iria perseguir a geração intelectual da Primeira República (1889-1930). Tratava-se, na realidade, de uma busca das bases para a redefinição da República, para o estabelecimento de um governo republicano que não fosse uma caricatura de si mesmo. Porque foi geral o desencanto com a obra de 1889. Os propagandistas e os principais participantes do movimento republicano rapidamente perceberam que não se tratava da república de seus sonhos. Em 1901, quando seu irmão exercia a presidência da República, Alberto Sales publicou um ataque virulento contra o novo regime, que considerava corrupto e mais despótico do que o governo monárquico. A formulação mais forte do desencanto talvez tenha vindo de Alberto Torres, já na segunda década do século: “Esse Estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade; essa gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos” (CARVALHO, 1990. p. 32).

Alguns elementos que viriam com o projeto republicano no Brasil foram fundamentais para a fomentação e a disseminação de ideais intelectuais que se contrapunham a Monarquia. Nesse contexto, refutavam-se práticas e ideologias do antigo regime monárquico, adotando algumas formas de pensamento diferenciadas, como o anticlericalismo, já que a idéia de união entre Estado e Igreja era vista como ultrapassada, criando entraves ao tão almejado progresso.

A modernidade se concretizava pela crescente urbanização, desdobrando-se em novos arranjos arquitetônicos que transformavam a paisagem das cidades. Enfim, não somente o sonho da modernidade, mas a própria promessa de progresso pairava no ar e encantava, tanto pelo avanço das técnicas, como pela disseminação cultural que se infiltrava, especialmente via Rio de Janeiro, então capital do país e referência cultural da época.

Carvalho ao analisar a formação das almas e o imaginário da república no Brasil, considera que, ainda que os “esforços das correntes republicanas” objetivassem “legitimar o novo regime” que ora se implantava, “não foram capazes de criar um imaginário popular republicano”:

O esforço despreendido não foi suficiente para quebrar a barreira criada pela ausência de envolvimento popular na implantação do novo regime [...] Não por acaso, o debate mais vivo gira ainda em torno do mito

de origem e das utopias republicanas [...] A falta de uma identidade republicana e a persistente emergência de visões conflitantes ajudaram também a compreender o êxito da figura do herói [...] (CARVALHO, 1990, p. 141).

É nesse contexto entre desencanto e procura por elementos de construção da nação, e de seus valores republicanos, que se detectam orientações regionais no sentido de afirmar-se pelo viés identitário, inclusive como forma de garantir fronteiras e de reforçar papéis políticos frente ao próprio Estado nacional.

Partindo desse conjunto de disposições é que, na primeira metade do século XX, projetaram-se ideais regionais de cunho identitário, como a mineiridade em Minas Gerais, o gauchismo no Rio Grande do Sul, a paulistanidade em São Paulo, o amaralismo fluminense no Rio de Janeiro e que no Paraná viriam a configurar-se como paranismo, o qual, enaltecendo características identitárias paranaenses, inseriu-se num contexto regional político-econômico de ascensão da elite ervateira, majoritariamente urbana, e de decadência da elite rural dos Campos Gerais.<sup>3</sup>

Nota-se, então, uma relação entre a elite ervateira e os intelectuais que, interessados em projetar um ideal de construção identitária, valendo-se de elementos identificadores regionais, contribuíram para a própria afirmação política paranaense:

Considerando a trajetória histórica em que se estabelece a política paranaense de “favorecimento e conservantismo do ideário do poder central”, compreende-se o contexto cultural em que a intelectualidade paranista concebeu uma identidade regional. O grupo ervateiro, apoiado pela intelectualidade do mate, procurou então fazer valer o apoio incondicional dado às investidas governamentais centrais frente às intenções de comando e controle territorial. Os elementos político-culturais, elaborados no movimento paranista, tornam-se suportes ideológicos fundamentais na construção identitária paranaense, consolidando uma variedade de investimentos culturais patrocinados pela elite ervateira (CORDOVA, p. 171, 2007).

Essa política de “favorecimento e conservantismo paranaense do ideário do poder central” justifica-se na tese de Oliveira de que “O Paraná nasceu politicamente em sintonia com a ordem dominante central”:

O Paraná foi uma unidade regional criada pelos estrategistas do Partido Conservador no limiar da conciliação de 1853. A motivação da sua classe

dominante, de históricas raízes coloniais nas famílias senhoriais formadas nas sesmarias e cargos municipais nas vilas dos “homens bons” do período colonial, foi estimulada e valorizada por sua lealdade ao centro político do poder nacional. O Paraná se sente profundamente sintonizado com o centro da gravidade da política brasileira [...] O Paraná foi pensado na geopolítica dos construtores do Império, os estrategistas do Estado Nacional, como uma unidade modelo a ser um indicador de tendências políticas brasileiras. Um modelo de organização pública. Um modelo de europeização e ocidentalização do Brasil. Um dos elementos de sustentação do centro de gravidade político do Brasil. A classe dominante paranaense se caracterizou por padrões de continuidade pelos quais a sua história e as suas memórias deveriam ser filtradas. A produção do silêncio faz parte da identidade paranaense [...] poucas regiões do Brasil apresentam continuidades históricas tão expressivas na posse do poder político por parte de grupos familiares tão antigos quanto o Paraná (OLIVEIRA, 2001. p. xxvii).

A respeito do envolvimento da intelectualidade e da elite erivateira, procurou-se também justificar tal proposição, tendo em conta o questionamento levantado por Bourdieu se “É possível um ato desinteressado?”. O autor ainda esclarece sobre o que lhe parece ser um dos postulados do conhecimento sociológico:

Não se pode fazer sociologia sem aceitar o que os filósofos clássicos chamam de “princípio da razão suficiente” e sem supor, entre outras coisas, que os agentes sociais não agem de maneira disparatada, que eles não são loucos, que eles não fazem coisas sem sentido. O que não significa supor que eles sejam racionais, que têm razão em agir como agem ou mesmo, de maneira mais simples, que eles tenham razão em agir, que suas ações sejam dirigidas, guiadas ou orientadas por essas razões. Eles podem ter condutas razoáveis sem serem racionais; podem ter condutas às quais podemos dar razão, como dizem os clássicos, a partir da hipótese de racionalidade, sem que essas condutas tenham a razão como princípio. Eles podem se conduzir de tal maneira que, em uma avaliação racional das probabilidades de sucesso, parece que eles tinham razão em fazer o que fizeram, sem que tenhamos razão ao dizer que o cálculo racional das probabilidades tenha sido o princípio das escolhas que fizeram (BOURDIEU, 1996, p. 140).

Assim, compreendeu-se que o paranismo apreendeu não somente o ideal de identidade pretendido pela elite político-econômica em ascensão, mas fomentou “interesses” intelectuais.

Romário Martins<sup>4</sup> foi por certo uma das figuras centrais na propagação do termo “paranismo”. Ainda que tenha atribuído a Domingos Nascimento<sup>5</sup> a autoria do termo, deu-lhe sua conceitualização, estendendo sua apreensão ao “Programma Geral”, o qual incita à prática paranista:

#### PROGRAMMA GERAL DO CENTRO PARANISTA

Art. 1.º - Com a denominação de Centro Paranista fica constituída, com séde, fôro e domicilio na cidade de Curityba, uma agremiação que tem por objectivos promover e estimular todas as iniciativas uteis ao progresso e á civilização do Paraná.

Art. 2.º - O Centro toma a denominação de Paranista na acepção de “amigo do Paraná”, contribuinte do seu progresso, entendendo por paranismo as aspirações e as realizações vizadoras da grandeza do Paraná, em todas as manifestações moraes, intellectuaes e materiaes ((INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO PARANÁ; SOCIEDADE DE AGRICULTURA DO PARANÁ . 1927).

Notam-se, em Romário, os princípios positivistas de apelo ao progresso e aos ideais de grandeza moral, intelectual e material. Assim, o “Programma Paranista” estipulava a necessidade do desenvolvimento do que denominava de “theses” acerca dos seguintes itens: Meio Physico e Vital; Meio Economico; Meio Social; Meio Especialmente Educativo e Intellectual; e Meio Cívico e Moral. Nesta última “these”, requeria-se o

1 e 2 – Estudo das phases historicas dos progressos moraes e civicos da sociedade paranaense.

3 e 4 – Commemorações das datas que assignalam os progressos humanos, brasileiros e paranaenses, e as acções dos homens que concorreram para a civilização do Brasil e do Paraná, na política, nas sciencias, nas artes e nas industrias (INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO PARANÁ; SOCIEDADE DE AGRICULTURA DO PARANÁ . 1927, p. 15).

O estudo de datas históricas e de suas comemorações requeria, portanto, uma simbologia própria, que desse conta de tal intuito moral e cívico. Romário Martins foi um estudioso da heráldica e em seus materiais de pesquisa, localizados no Arquivo Público do Paraná, percebeu-se o seu apego por símbolos e a intenção acentuada em dar significado à simbologia do brasão do Estado, o qual foi concebido pelas seguintes normas heráldicas por ele estabelecidas:

O sol seria o símbolo americano por excelência; nele, desde a mais remota antiguidade da Ameríndia, os povos do Novo Mundo homenageiam a fonte da vida [...] As montanhas, que foram agrupadas em três picos, simbolizando os três planaltos do território paranaense, o Oriental ou de Curitiba, o Central ou dos Campos Geraes e o Ocidental ou de Guarapuava, ao mesmo tempo lembram as três raças de nossa primitiva formação étnica. A Águia, convenientemente estilizada de maneira a conservar as características da espécie (*thresaeetus harpia*) symbolisa a audácia a liberdade e tem especial cabimento no escudo por ser o Paraná o limite meridional de sua exsurgencia no Brasil. O Lavrador é uma representação expressiva de nossa vencedora actividade agrícola, incrementada pela imigração. O braço vestido de armadura, que sustenta uma lança com a bandeira onde está inscripta a Cruz da Ordem de Christo, nos liga às nossas origens, históricas e religiosas, e especialmente à phase heróica das bandeiras penetradoras do sertão paulista, incorporadoras à unidade brasileira de quasi todo o actual território paranaense. O pinheiro, o egrégio Pinheiro do Paraná foi posto em copa frondejante e, no suporte um ramo de café representativo da nossa mais promissora indústria agrícola, em correspondência com o mate, nossa principal indústria actual (MARTINS,APPR, cx. 10).

Desde o nascimento do termo paranismo à criação do que se pode chamar movimento paranista, é de se notar a própria dinâmica das relações sociais e culturais que se processavam no Paraná.

É também no contexto regional da primeira metade do século XX que uma geração de poetas, “conhecida no cenário das letras nacionais como a dos poetas simbolistas”, “inventaram o Paraná”, tendo um núcleo formado por Emiliano Pernetta, Dario Vellozo e Silveira Netto “[...] que dá o tom e a medida da poesia produzida no Paraná entre 1890 e 1920”; juntamente a esse núcleo formou-se um “[...] conjunto heterogêneo de outros poetas, considerados pela crítica literária como menos brilhantes, porém igualmente importantes na divisão do trabalho que se molda”. Assim,

Inventaram o Paraná como integrantes de uma geração que terá sob seu controle o ambiente cultural, aferrado ao manejo dos alicerces que estruturam as letras locais. Ao lado do mundo político e administrativo, o cultural apresentava-se como mercado de trabalho em expansão nas modalidades do jornalismo, dos estabelecimentos educacionais e das organizações literário-científicas. Os simbolistas [...] assumirão posições de destaque em todo esse espaço social, circulando com desenvoltura entre um e outro cenário, passando de professores a deputados, de redatores de jornais a postos de mando no Executivo, de cronistas a fundadores das principais instituições-chaves (BEGA, 2001, p. 405).



Para Bega, a geração dos os poetas simbolistas, considerados como “inventores da identidade paranaense

[...] constituiu-se numa “*Geração sui generis*, como representante letrada e com legitimidade junto aos grupos dominantes, coube a ela dar conta de duas tarefas monumentais: fazer medrar em solo brasileiro, semeado e nutrido pelo Parnasianismo, a poesia simbolista e, ao mesmo tempo, como paranaenses, inventar o Paraná. Entre o Sonho e a Invenção, equilibraram-se e pautaram suas vidas (BEGA, 2001, p. 408-409).

É nessa “invenção” do Paraná que a essência do movimento paranista fomentou o sentimento de paranismo, de idealização identitária, de enaltecimento de valores naturais, seja em aspectos físicos ou humanos, seja, enfim, de valores e referências próprias da região. Entende-se que o movimento paranista acabou mesmo por testar a eficácia daquele discurso pretendido por Romário Martins quando da conceitualização do termo paranismo.

Esse sentimento de paranismo é fundamentador também de um discurso historiográfico pela via da instituição discursiva no próprio cotidiano da educação (CORDOVA, 2003). Aponte-se, para tanto, para a relação entre os enunciadores do discurso paranista e seus enunciatários. Assim, compreendeu-se o paranismo enquanto disseminador de ideais identitários regionais, tomando como elementos de análise a relação entre a produção historiográfica regional e a produção curricular, essencialmente difundida nas séries iniciais da educação escolar.

A veiculação dos ideais paranistas perpassou tanto pelo caráter cultural e artístico difundido pelo movimento paranista do início do século XX, como acabou por determinar conteúdos escolares, fundamentalmente por meio da inculcação de símbolos e heróis regionais, atingindo assim a própria narrativa preservacionista dos patrimônios tombados. Esta narrativa preservacionista na Lapa/PR justifica-se ora pela salvaguarda de fatos e feitos históricos nacionais, com especial ênfase ao papel lapeano de defensor da República no episódio do Cerco da Lapa<sup>6</sup>, ora regionalmente, como forma de salvaguardar o sentimento de pertencimento regional demarcado pelo ideal paranista.

Edilberto Trevisan ao escrever sobre “As nascentes do paranismo” denota um caráter flexível ao termo, considerando que:

Como se sabe, através dos tempos, as palavras se transfiguram, mudam de forma, sentido, flexão. No sentido, diminuem de amplitude, especializando-se; ou alargam a abrangência, generalizando-se. Deslizam de uma

acepção concreta para uma abstrata. De coisa ou pessoa para um estado de espírito. Imperceptível e espontaneamente. Nas palavras, como nos símbolos, o supremo agente é o povo, que as pratica e lhes estabelece a função, limites, forma e significado. Esses movimentos de restrição ou de extensão das palavras evidenciam, como a respiração nas pessoas, o sinal mais característico de uma língua viva, sujeita sempre aos acontecimentos sociais e culturais de cada época (TREVISAN, 1991, p. 23).

Para Bakhtin, a significação de uma palavra pode variar em tantos quantos “contextos possíveis” ela possa estar inserida:

O sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto. De fato, há tantas significações possíveis quantos contextos possíveis. No entanto, nem por isso a palavra deixa de ser una. Ela não se desagrega em tantas palavras quantos forem os contextos nos quais ela pode se inserir. Evidentemente, essa unicidade da palavra não é somente assegurada pela unicidade de sua composição fonética; há também uma unicidade inerente a todas as suas significações [...] (BAKHTIN, 1992, p. 106).

E o termo paranismo evidencia diferenciados sentidos e apreensões em torno de sua significação e de sua abrangência temporal. Assim, surgindo como um sentimento de pertencimento a terra e de apego às questões regionais, o paranismo nasce e floresce, para recrudescer e renascer em outros momentos da história regional, deflagrando assim que o sentido da palavra traz em si variadas significações discursivas, conforme o contexto em que irá se inserir:

O paranismo se urbanizara e da cidade partia agora em busca dos flagrantíssimos de nossa vida agreste e campesina. Deixara de ser quixotesco e assumia a representação melhor de uma época. O papel em que foi impresso o Programa Paranista vinha da Fábrica de Papel de Morretes, feito de lírios das margens do Nhundiaquara. A Revolução de 30 cortou e suspendeu o movimento paranista dos anos 20. Ficaram as raízes ocultas, que iam servir de mergulhos para o ressurgimento mais além, com outros nomes importantes, não há dúvida, mas apenas no campo intelectual, continuadores e sucessores dos pioneiros que haviam conhecido as nascentes do paranismo (TREVISAN, 1991, p. 23).

O paranismo, que no início do século movimentava o meio intelectual, cultural e artístico, intimida-se com o projeto de nacionalização da “Revolução de 30”. Posteriormente, em face da onda de redemocratização do

país em 1945, o paranismo renasce, desta vez especialmente pela intelectualidade que via no paranismo o alcance histórico da tradição regional, desde os primeiros povoadores ao período de ascensão da erva-mate, ou seja, demarcando momentos de vínculo às questões de apego a terra, delineadamente enredadas em discursos que buscavam comprovar-se por questões ligadas à formação social e cultural paranaense. Bento Munhoz da Rocha Netto foi um intelectual representativo desse contexto de renascimento paranista.

Conjunturalmente ao processo de expansão intelectual, cultural e artística por um lado e de definição de signos e símbolos culturais por outro, o Paraná, até a década de 1960, foi palco de intensos conflitos e de lutas em torno de sua ocupação territorial, pois

[...] freqüentemente, verificou-se a “intrusão”, assim como a formação de “grilos”. Intrusos e grileiros, via de regra, com o concurso de “jagunços”, pistoleiros de ofício, intranquilizaram posseiros e sitiantes obrigados também, muitas vezes, a reagir à bala, de sorte que muitos capítulos da história da ocupação da terra no Paraná moderno foram escritos com fogo e sangue. Foram particularmente graves os movimentos agrários de Jaguapitã (1947), Porecatu (1951) e do Sudoeste (1957). É preciso observar que, nesta conjuntura, em 1943, foi criado o Território Federal do Iguaçu, havendo o Paraná perdido 47 mil quilômetros quadrados do seu território. Com a redemocratização do país, em 1946, foi extinto o Território Federal do Iguaçu [...] (CARDOSO, 1986, p. 66).

Entre esse processo de luta pela posse e ocupação territorial e de valorização de princípios legítimos, norteadores de uma identidade regional, denota-se a busca por critérios sócio-históricos nos discursos e nas “lutas simbólicas” que então se travavam, especialmente entre os detentores de capital cultural, seja no seio da academia, seja nos meios literários e artísticos, a fim de que atingissem os enunciatórios legítimos.

## 2 A FORMAÇÃO SOCIAL E CULTURAL NO SUL DO BRASIL: A “MANCHA LOIRA” DO BRASIL

É preciso mais orgulho regionalista, mais pudor e ciúme do que é nosso. Enfim mais paranismo, para usar a expressão de Romário Martins [...] Nós somos exageradamente pouco paranaenses e não seremos nunca bons brasileiros si não fôrmos bons paranaenses.

*Bento Munhoz da Rocha Netto*

A produção intelectual de Bento Munhoz da Rocha Netto (1905-1973) está intrinsecamente relacionada com sua trajetória política. Bento ocupou os cargos de Deputado Federal Constituinte em 1946, Governador do Estado do Paraná de 1951-1954, Ministro da Agricultura de 1954-1955 e novamente Deputado Federal de 1959-1963.

Foi professor da academia por mais de 30 anos e sua produção intelectual denota uma profunda inspiração aos aspectos regionais. Sendo um intelectual de considerável representatividade na vida política do Paraná, Bento não somente atentou para os aspectos essenciais do discurso regional, mas tornou-o fundamentador no tocante à diversidade regional que se despontava especialmente com o surto paranaense do café.

Ainda que sem deixar de exaltar a nação, o seu viés analítico tende a evidenciar fundamentalmente os elementos regionais na formação nacional em contraponto a uma formação regional caracterizada por elementos gerais de nacionalidade. Pode-se dizer então que o fundamento de análise para Bento está centrado no regionalismo: “O Brasil sem regionalismo, seria incompreensível” (ROCHA NETTO, 1960. p. 53).

Em sua trajetória não há como não perceber um misto de permanência à tradição e de busca ao progresso inovador. O intelectual certamente acabou por definir o próprio caráter de construção de uma história tradicional do Paraná. Ou seja, a identificação tradicional aliada à imagem do homem trabalhador, aquele que se desnuda diante do progresso, mas que permanece fiel às suas origens enquanto representativas do que Bourdieu (1996) denomina de “espírito de família”.

Bento corresponde a esse “espírito”, tendo em vista que seus discursos pautaram-se em ações políticas e que sua origem familiar estaria intimamente ligada à própria estrutura de mando no estado. Segundo Bourdieu:

As famílias são corpos (*corporate bodies*) animados por uma espécie de *conatus*, no sentido de Spinoza, isto é, uma tendência a perpetuar seu ser social, com todos seus poderes e privilégios, que é a base das *estratégias de reprodução*, estratégias de fecundidade, estratégias matrimoniais, estratégias de herança, estratégias econômicas e, por fim, estratégias educativas (BOURDIEU, 1996, p. 36).

É justamente este “espírito de família” que fundamenta a vida intelectual de Bento. Certamente que a política sempre se fez presente no intelectual idealizador e atento às características identitárias regionais. O intelectual está, pois, inserido num contexto político, caracterizando o diferencial que faz de

Bento enquanto político, também o intelectual preocupado com os aspectos identitários do Paraná; como aquele que quer deixar marcado o ideal de formação de um povo e de uma tradição. Assim, o Paraná Tradicional não poderia desaparecer frente às desbravações pioneiras, como as que se deram no Paraná Moderno, no Norte, Sudoeste e Oeste do estado.<sup>7</sup>

Bento Munhoz como descendente da elite do mate cresceu num cenário político de uma geração preocupada em demarcar identidades, que em busca de valores paranistas, objetivaram mesmo a permanência de uma estrutura política calcada por vínculos familiares.

Um dos temas profundamente tratados na produção intelectual e que se configuram nos discursos de Bento Munhoz foi sobre a formação social e cultural brasileira, acentuadamente como esta se processou no sul do Brasil.

“Casa Grande & Senzala” foi uma das obras referenciais em que Bento apoiou-se para discutir e demarcar critérios científicos acerca da formação social e cultural no sul do Brasil:

Pensar os avatares na consagração de Gilberto Freyre e do livro nodal em sua história intelectual permite analisar momentos centrais na construção da autonomia do campo das ciências sociais no Brasil. Os significados de Casa-grande & senzala são marcantes na trajetória intelectual de seu autor, do pensamento social brasileiro, e na história da edição no Brasil. Pensado por Freyre para transmitir uma novidade “científica” para interpretar o Brasil, este livro passou, ao longo de suas numerosas reedições em diversas línguas, por diferentes tamises de percepção e classificação que, condicionados pelas categorias de apreciação possíveis em cada momento [...] provocaram sentidos da recepção que descrevem a construção das forças dominantes no campo da circulação da palavra escrita, especificamente nas disciplinas sociais. Desde o lançamento do livro no Rio de Janeiro, em 1933, até sua 14ª edição, em 1996, o autor escreveu prefácios recolocando “Casa Grande & Senzala” como aposta de valores diferentes em um mesmo jogo. São documentos carregados de representações sobre os diferentes momentos na circulação do livro (SORÁ, fev. 1998).

É seguindo a orientação regionalista de “Casa Grande & Senzala” e tendo em conta as diferenciadas representações em diferentes contextos de circulação da obra, que se compreende que “Presença do Brasil” corresponde a um momento de consagração intelectual de Bento enquanto protagonista na demarcação criteriosa de elementos fundamentadores acerca do regionalismo sulista.

E, conforme frisou o próprio Bento, dependeu da “experiência de cada um”, do “ponto de observação” e da nitidez possível das “linhas divisórias”, as quais traçam o itinerário do político, do professor e do intelectual:

Sentir a presença do Brasil nas suas contradições e nas suas afirmações, nas suas grandezas e fragilidades, representa, de algum modo, o itinerário e a experiência de cada um. Uma experiência inalienável e, por vêzes, dramática. Assemelha-se a um instantâneo que depende da sensibilidade do observador e do seu ponto de vista [...]

Nem sei se foi conveniente a escolha do ponto de observação e se são nítidas as linhas divisórias. Mas tem a intenção de compreender e fazer compreender, sem buscar nenhum fator predominante nem descobrir nenhuma explicação exclusivista. É um instantâneo do país em marcha, da nacionalidade em transformação, num momento angustiado de sua vida.

É uma indicação dos seus processos e, portanto, dos seus movimentos, mas também de suas raízes inalteráveis e de sua permanência (ROCHA NETTO, 1960, p. 2).

Estas palavras, escritas no prefácio da obra, evidenciam certamente um “momento angustiado”, demarcado já pela vasta vivência política. Bento enfatiza o apego às raízes e à permanência, ainda que num “instantâneo”, pois as raízes seriam “inalteráveis”.

O fato é que “Presença do Brasil”, pelas suas argumentações acerca da formação regional paranaense face ao clássico modelo de “Casa Grande & Senzala”, representa um marco da sociologia paranaense, justamente por discutir o regionalismo paranaense frente a um modelo de proposição sociológica nacional: “É claro que compreendemos Casa Grande & Senzala como sabemos que não estamos incluídos na obra [...]” (ROCHA NETTO, 1969, p. 50).

Para o intelectual, a questão da miscigenação foi ponto fundamental para a formação social e cultural no sul do Brasil: “É fascinante o problema da miscigenação no Brasil. Salta das páginas dos estudiosos brasileiros, dos nossos sociólogos, enclausurando-se numa preocupação permanente e nunca ultrapassada” (ROCHA NETTO, 1960, p. 65).

E será justamente a questão da miscigenação<sup>8</sup> o elemento diferenciador daquele grande modelo abordado por Gilberto Freyre, que se considerou o mestiço como o brasileiro por formação.

Cardoso na introdução da 51.<sup>a</sup> edição de “Casa Grande & Senzala” atenta para o caráter mítico da obra e de referência essencialmente à história portuguesa e negra:

É essa característica de quase mito que dá à *Casa-grande & senzala* a força e a perenidade. A história que está sendo contada é a história de muitos de nós, senhores e escravos. Não é por certo a dos imigrantes. Nem a das populações autóctones. Mas a história dos portugueses, de seus descendentes e dos negros [...]” (CARDOSO, 2006, p. 22).

Bento compreendeu que a teoria do mestiçamento processou-se no sul do Brasil de forma diferenciada, correspondendo mesmo quase que ao inverso do que foi abordado por Gilberto Freyre, já que para o intelectual “O sul é branco. É mesmo a mancha loira do sul do Brasil” e elaborando a seguinte nota sobre o mestiçamento brasileiro:

O mestiçamento brasileiro estabelece um contraste com as populações do Sul. Provoca uma atitude de reserva. Dá a essas populações a consciência da sua diversificação em face da normalidade brasileira e uma vaga intuição de que influência cultural implique necessariamente em influência racial, como na Europa (ROCHA NETTO, 1960, p. 73).

Para o intelectual o considerável fluxo de imigrantes<sup>9</sup> que desembarcou no sul do país alterou profundamente a estrutura social e as características alusivas a uma dada “normalidade brasileira”. Assim, o sul teria assimilado mais os valores culturais europeus do que os africanos, tendo em conta a própria diversidade de contato com as culturas européias:

Nós do sul somos, de algum modo, homens de fronteira. De fronteira, no sentido de que estamos permanentemente em contacto com gente de outras culturas em procura permanente do Brasil (ROCHA NETTO, 1995, p. 52).

Em Mensagem da América, Bento assim define os “Europeus da América”:

Nós americanos; nós europeus da América, bem o compreendemos. Soubemos aprender as lições européias, em tôda a sua plenitude. Assimilamos, intensamente e rapidamente, seus ensinamentos. Só assim se explica que, ao fim dos setecentos nos Estados-Unidos e ao início dos oitocentos entre os latino-americanos, nossos países ainda de tão pouca expressão demográfica, econômica e política, tivessem alcançado suas independências nacionais. A Europa preparou a América para a autonomia. Ensinou-lhe auto-governo. Transmitiu-lhe um espírito [...] Fomos, na verdade, grandes discípulos. Honramos a herança européia [...] Devemos continuar as funções do continente europeu, conservando a altura de sua missão. Temos o poder de nos desvencilhar de tôdas as

deformações do espírito europeu. De todos os seus ismos que cometem devastações (ROCHA NETTO, 1962. p. 86-87).

Entretanto, ao mesmo tempo em que o intelectual aponta caminhos para que se revelem outros critérios de brasilidade no sul em face de outro olhar sobre a cultura, acaba por reforçar o ideal lusitano de brasilidade. Em artigo que expõe algumas “Reflexões sobre a cultura luso-brasileira”, Bento Munhoz assim considera sobre as “heranças sociológicas”:

O Brasil é luso-brasileiro. A sociologia indica o verdadeiro caminho, o grande e único caminho de explicar o Brasil e sua unidade. O das culturas, isto é, das heranças sociológicas, dos sistemas de valores, das maneiras de ser, dos estilos de vida (ROCHA NETTO, 1995, p. 81).

Em sessão do I Congresso de Sociologia no Paraná, Bento reforça seus argumentos no que se referem ao predomínio do elemento português na formação cultural do Brasil:

[...] o elemento português foi um predomínio e um predomínio em meio da tremenda miscigenação, da tremenda aculturação do Paraná. O elemento português deu as diretrizes fundamentais da civilização brasileira, da cultura brasileira, e deu-as com tal intensidade que a nossa cultura se denomina, legitimamente, cultura luso-brasileira (ROCHA NETTO, jan. 1954, p. 1).

Aliás, saliente-se a defesa de Bento Munhoz pela língua brasileira no debate que se instituiu na Constituinte de 1946 quanto ao fato de considerá-la brasileira ou portuguesa. Para Bento, esta se constituía em uma questão fundamental na formação do caráter nacional. Em sessão de 10/07/1946, assim se declarou: “Ora, um dos elementos fundamentais da cultura luso-brasileira é a língua. Pretender solapá-la, se é possível fazê-lo com leis e decretos, e talvez o seja, é comprometer essa obra-prima da unidade que é o Brasil, herança portuguesa” (ROCHA NETTO, 2006, p. 323).

Bento conviveu com Gilberto Freyre na Constituinte de 1946, demonstrando em seus apontamentos sobre o autor um referenciado respeito. No artigo intitulado “Um sociólogo na correnteza política”, Bento escreveu sobre a atuação de Gilberto Freyre não somente enquanto um parlamentar constituinte, mas deste enquanto um intelectual brasileiro de reconhecimento internacional e considerado por Bento como o “nosso maior sociólogo”, o qual inclusive “tanto tem valorizado o regional”:



Gilberto sabe que o Brasil não seria compreendido em sua verdadeira dimensão, sem penetrar seus regionalismos, e mais do que ninguém é o que valorizou e tão humanamente que, quanto mais regional, mais brasileiro. Reabilitou nossas raízes culturais luso-africanas, e só por isso seria o mais brasileiro de nossos escritores (ROCHA NETTO, 1995, p. 51).

A produção intelectual de Bento, em variados momentos, reitera a necessidade de se valorizar os aspectos regionais paranaenses. Seguramente porque para o intelectual o regionalismo paranaense ainda não fora reconhecidamente valorizado como havia sido o regionalismo nordestino. O Paraná ocupava, portanto, uma situação marginalizada perante outras culturas regionais.

Nesse ponto, compreende-se a busca incessante de Bento em identificar elementos diferenciais na formação social e cultural do sul do Brasil. Daí sua afirmativa de que o sul não estaria presente em “Casa Grande & Senzala” de forma plena como o nordeste. E que se no sul não se tem obra à altura deste clássico nacional é porque este reconhecimento nacional da cultura regional nordestina muito se deve ao próprio alcance e veiculação da produção de autores que retratam a cultura nordestina.

Em face desses argumentos, entre o ideal lusitano de brasilidade e a questão ímpar da miscigenação ocasionada pelo movimento imigratório ocorrido desde o início do século XIX no sul do Brasil, Bento procurou discutir qual seria então a “Presença do Brasil” no Paraná?

Bento irá se deter demoradamente nos conceitos de raça e cultura declarando que: “Não há como não confundir, nestas alturas dos conhecimentos sociológicos e antropológicos, raça e cultura” (ROCHA NETTO, 1960, p. 72).

Assim, tanto na Europa quanto na América, a questão da imigração corresponderia a um fator de apreensão do conceito de raça e cultura. Enquanto nos países americanos o que se procurava era a “superação da raça pela cultura” com vistas a se formar “unidades culturais”, na Europa aconteceria o inverso: a “coincidência de uma cultura nacional com um grupo étnico, com uma raça”. É o *jus sanguinis* que o povo europeu adotou como realidade jurídica e que tanto diferirá da cultura luso-brasileira, adotada e legitimada juridicamente através do *jus solis* com a instalação da república no Brasil.

Bento argumentou, inclusive, sobre o perigo da propaganda nazista em terras brasileiras, decorrente do próprio processo de aculturação no sul do Brasil:

No entanto, a propaganda nazista bem organizada vinha dizer-nos também que éramos luso-brasileiros em contraposição aos descendentes de alemães, êstes, teuto-brasileiros, tão bom brasileiros quanto os luso-brasileiros, misturando como era de seu gôsto e de sua doutrina, os conceitos de raça e cultura.

Inspirou-se nessa perturbação do processo de aculturação no sul trazida pela política nazista com a doutrina dos *haussländ deutsch* [...] (ROCHA NETTO, 1995, p. 50).

Ao defender a língua portuguesa em face das discussões acerca da instauração de uma língua aos moldes brasileiros, Bento atentou para o aspecto lingüístico dos descendentes de imigrantes:

Destruir a referência portuguesa da língua nacional seria um desserviço notável prestado à unidade brasileira. Seria uma preparação psicológica a ajudar um atentado perigoso à nossa formação. É o caso da propaganda nazista, e eu aqui faço justiça aos alemães e aos seus descendentes, tão bons brasileiros quanto os melhores e que resistiram tenazmente, e até heroicamente, à sua infiltração. A propaganda nazista pleiteava uma igualdade de direitos entre teuto-brasileiros e luso-brasileiros. Coisa aparentemente inofensiva, uma vez que não existem diferenças nem separações entre brasileiros de quaisquer origens. Mas a medida, pleiteando a igualdade de tratamento e direito entre luso-brasileiros e teuto-brasileiros, trazia no bojo, partindo da ideologia nazista, apenas isto: igualdade de direitos entre as línguas portuguesa e alemã. O fato demonstra o quanto devemos à cultura portuguesa e ao seu elemento fundamental, que é a língua, na preservação da nossa unidade (ROCHA NETTO, 2006, p. 323).

Assim, o critério lingüístico deveria atestar padrões culturais da herança lusitana na formação identitária de brasilidade. Se não fosse essa identidade lingüística herdada dos lusitanos, outras correntes imigratórias, a exemplo dos teutos, acabariam por provar serem bons cidadãos brasileiros, ainda que falassem o idioma alemão.

É nesse sentido que o intelectual apontava para a ocorrência de uma formação diferencial no Sul do Brasil pelo considerável fluxo imigratório. Bento indicou que justamente por isso o sul também teria um comportamento diferente quanto à “reação diante do estrangeiro”, tendo em conta “[...] uma maior compreensão e simpatia diante do estrangeiro”. E sendo assim: “A convivência das regiões de imigrantes que são no Brasil, as do Sul, condiciona outro comportamento distinto das zonas brasileiras sem imigração: a reação diante do estrangeiro” (ROCHA NETTO, 1960, p. 61-63).

A visão do estrangeiro no Sul irá demarcar um outro olhar, diferente daquele em que via o estrangeiro como um invasor ou um estranho em terras brasileiras, pois no sul seria o loiro aquele que moureja, que trabalha e que sofre as adversidades em uma nova terra:

O loiro é o que moureja de sol a sol; o que corre os riscos da agricultura e amealha duramente os seus pecúlios. Loiro é o operário, o criado, o subordinado, o pobre, o humilde. O loiro é o que se fixa e tem as suas aspirações e os seus ideais limitados à região, e perdeu suas ligações com outros continentes, onde o prendem, apenas, justas mas longínquas afinidades de ordem emocional (ROCHA NETTO, 1960, p. 62).

No artigo “Reflexões sobre a cultura luso-brasileira”, o intelectual demonstra superar o conceito de raça, reforçando o ideal de cultura para as proposições que tratam da formação do sul do país e justificando a predominância do elemento lusitano em relação ao negro e ao índio:

Era substituir o conceito de raça pelo de cultura, ficar na mesma realidade brasileira e ainda mais perto dela, apontando a predominância do contingente cultural português, o contingente menor do negro e o ainda menor do índio [...] E com esse conceito de cultura muito mais exato do que o racial e biológico, ressurgiu em toda a sua pujança a nitidez da cultura luso-brasileira, onde não conta a contribuição racial (ROCHA NETTO, 1995, p. 81).

A experiência de tantos anos na docência trouxe ao intelectual certa vivência para tais afirmações nacionalistas baseadas na herança lusitana. Segundo ele, “Éramos todos luso-brasileiros pela cultura” ao nos identificarmos com “[...] a vitória da tradição que herdamos dos primeiros homens brancos que nos conquistaram a terra”:

Não somente pelos sistemas de idéias que haveriam de ser os mesmos, uma vez que todos tínhamos freqüentado as mesmas escolas e aprendido nos mesmos livros, mas pela cultura, pelo espírito, pelo modo de viver, de sentir, de reagir, de ver as coisas, de interpretá-las (ROCHA NETTO, 1995, p. 82).

E ainda contemporizou que:

Aos meus alunos eu não poderia falar em luso-brasileirismo em termos biológicos, mas pude falar e com êxito, iniciando um programa de profundo nacionalismo, defendendo o luso-brasileirismo, em termos de cultura. E pude demonstrar que era tão luso-brasileiro o que possuía

como principal elemento racial o português, como o italiano de sobrenome sonoro, o alemão de sobrenome duro, o polonês e o ucraniano de sobrenomes cheios de consoantes e uma ou outra vogal timidamente escondida (ROCHA NETTO, 1995, p. 82).

O argumento de brasilidade levantado por Bento apoiou-se em diferenciais regionais, comentando que se a obra de Gilberto Freyre correspondeu aos critérios de formação do regionalismo nordestino, tais critérios denotariam uma “influência cultural e não racial”:

A asserção de Gilberto Freyre é perfeita ainda para essa região, quanto à influência cultural e não racial (é êsse o verdadeiro sentido da asserção) e ele enxergou, como ninguém, a extensão em que a cultura negra penetrou o Brasil.

O problema no Sul é de outra ordem. É um problema de assimilação, de reação psicológica [...] (ROCHA NETTO, 1960, p. 72).

Em correlação à elaboração conceitual do sul enquanto a ”mancha loira” do Brasil, Bento tratou de um conceito tomado como fundamentador na cultura nordestina, que é a reverência ao culto da Mãe Preta:

Todo o Brasil dedica culto carinhoso à Mãe Preta. Reconhecem-se assim os méritos de sua dedicação sem limites na formação da família brasileira. Desde os ambientes das Casas-Grandes e dos Sobrados, até a versão sulina de ambos, muita coisa muda de aspecto, menos a vigilância incansável da Mãe Preta (ROCHA NETTO, 1960, p. 63).

Mas para o intelectual o sul condiz mais ao culto à Mãe-Loira. Assim “Mãe Preta” X “Mãe Loira” sintonizariam com a formação própria de cada região:

A área da Mãe Preta é todo o Brasil. Mas no Sul, desde algumas gerações, a persistência no afluxo de correntes loiras, trouxe, com a manutenção da Mãe-Preta, outra figura igual em dedicações e desvelos: - a Mãe Loira, a de olhos claros em que se refletem distantes paisagens de neve, enquadradas num mundo historicamente em tudo diferente do atual. A Mãe Loira embala o filho dos patrões brancos, mas de cabelos e olhos pretos; embala-os na cadência que a tradição luso-africana ensinou. Realiza esforço maior do que a Mãe Preta, porque tem de adaptar-se ao que lhe era estranho e já estava nos hábitos de educação do país. Só quando os pais exigem, e quando o fazem é mais por esnobismo, a Mãe Loira ensina sua

própria língua e algumas canções de clima diferente. A Mãe Preta podia ser mais espontânea no modo de ser [...] (ROCHA NETTO, 1960, p. 64).

A questão do mestiçamento elaborada por Gilberto Freyre será exaustivamente discutida por Bento Munhoz. E se para o reconhecimento da identidade brasileira era necessário que se fosse mestiço ou mulato, então Bento levantou a questão de que o inverso significaria que quanto mais loiro se fosse, menos brasileiro se seria:

O mulato é autenticamente brasileiro. E existe, nas mais profundas raízes de algumas atitudes brasileiras, inspirada justamente, numa autojustificação psicológica das camadas mais mestiçadas, a convicção de que o brasileiro autêntico é necessariamente mestiço ou mulato e quanto mais mestiço e mais mulato, mais brasileiro.

Não seria difícil inverter os termos da proposição, e concluir que quanto mais loiro, menos brasileiro [...] (ROCHA NETTO, 1960, p. 73).

Essa inversão de proposição pode ser motivadora de profundos conflitos teóricos identitários acerca da brasilidade. Afinal, conforme Bento, o loiro também queria ser e deveria ser um autêntico brasileiro. Assim, o intelectual discordou desse ponto de vista abordado por Gilberto Freyre, já que no sul, diferentemente do que foi no nordeste, não se conceberia o mulato como o genuíno brasileiro, pois a brasilidade estaria demarcada por outros pressupostos que não fundamentalmente a herança negra – ainda que o mestiçamento fosse entendido pelo viés teórico de ênfase à origem cultural em detrimento de uma concepção racial:

Enraizou-se no Brasil a convicção de que o mestiço, o mulato, é indiscutivelmente brasileiro. E, de fato, é.

Esta convicção tem motivação muito mais cultural, que racial. A brasilidade do mulato e do negro é suprema e indiscutida. Eles próprios não saberiam explicar-se de outro modo.

Sabem eles de suas origens africanas. Mas perderam o sentido cultural de tais origens e a capacidade de comparar seus valores, como aqueles que, atualmente, os caracterizam.

Essa é uma atitude diferente da assumida pelo brasileiro da mancha loira que tem presente a sua origem e compara, pela tradição que chegou até ele, transmitida verbalmente ou através da escrita, os valores culturais de seu passado com os que atualmente o estão definindo. O julgamento e a comparação se agravam com a consciência da miscigenação brasileira (ROCHA NETTO, 1960, p. 72-73).

Bento procurou fundamentar a acepção de que o sul enquanto “mancha loira” constitui um diferencial às origens brasileiras apontadas por Gilberto Freyre e, ao longo de sua produção, aponta fragmentos comprobatórios dessa teoria. E assim declarou: “A imigração européia, não latina, do século XIX, deveria ter acentuado ainda mais essa consciência. Muito da introspecção paranaense deve originar-se do clima e da contribuição cultural dos povos que o próprio clima atraiu” (ROCHA NETTO, 1968, p. 6).

O clima interagia, inclusive, na própria forma de ser, tanto de quem nasceu no Nordeste quanto daquele que nasceu no planalto paranaense:

Quem conhece nosso litoral quente e sobretudo o Nordeste brasileiro, de temperatura constante de Janeiro a Dezembro, pode bem aquilatar a influência do clima no comportamento e na psicologia das gentes [...] Não há linha divisória fechada entre a rua e ‘lá dentro’. O calor intensifica a convivência. Todo o mundo procura a rua. Já em nosso planalto, em noites de inverno e na maior parte do ano, as ruas são desertas. O clima obriga ao recolhimento. As fachadas das casas parece que se distanciam da rua. Escondem a hospitalidade cordial que é seu hábito. Mas lá dentro, resguardada da visão do grande número, desabrocha a convivência. Há uma linha divisória bem riscada entre a rua e o lar, entre o mundo e o ‘home’ que à primeira vista não aparenta acolhimento, mas só à primeira vista. Coração aberto, não de acesso fácil ao primeiro encontro, mas fiel e sem reservas, depois que a linha divisória é consentidamente transposta (ROCHA NETTO, 1968, p. 6).

E o que demarcaria os diferenciais culturais em regiões de climas tão diversos, seriam as peculiaridades de cada regionalismo, o qual para Bento configuraria um elemento definidor de fronteiras culturais. E no Sul é o processo de aculturação que confere o grau de nacionalidade, de acordo com as suas diversidades:

Nas áreas para onde convergem populações de várias culturas, como o Sul do Brasil, o regionalismo possui uma função altamente nacionalizante. Os processos da aculturação pelos quais se assimilam essas populações, e se nacionalizam, adotando os comportamentos e atitudes que caracterizam a cultura luso-brasileira, se realizam na região, com as suas diversidades e meios próprios.

A função nacionalizante do regionalismo é mais uma demonstração da compatibilidade entre Nação e região, e regionalismo e nacionalismo. A região é a primeira etapa para a Nação e a assimilação pela região, o passo inicial para a assimilação da Nação (ROCHA NETTO, 1960, p. 60).

Nesse ponto, Bento ressalta a importância do regionalismo no “processo de assimilação nacional”:

A simples extensão territorial do Brasil é uma condição de diversidade regionais. A imigração europeia, começada na primeira metade do século XIX, ainda mais se ampliou.

E é pela própria região, que os brasileiros, novos pela cultura, são incorporados culturalmente à grande unidade nacional (ROCHA NETTO, 1960, p. 60).

E mais adiante ainda reforça as características culturais do sul, tomando como base a região formada pelo Paraná juntamente com São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul:

Paranaenses de tôdas as origens culturais se sentem igualmente paranaenses; julgam-se progressivamente iguais aos outros da sua convivência diária, das suas ligações, de sua solidariedade, de suas afinidades, à gente, enfim, da sua região brasileira. O mesmo acontece em São Paulo, em Santa Catarina e no Rio Grande.

Ser paulista, paranaense, catarinense ou gaúcho, sentir-se prêso ao seu meio, onde se situa o centro de todos os seus interesses, preocupações e aspirações, é, para a gente de poucas gerações de Brasil, o grande e verdadeiro caminho de inteira assimilação pela cultura nacional (ROCHA NETTO, 1960, p. 61).

Mais uma vez o regionalismo demarcaria o grau de nacionalidade e de formação social e cultural no sul do Brasil, ainda que pelo olhar de um loiro, que trabalha de sol a sol, que se espelha no culto à Mãe Loira e se expressa na língua nacional, na língua portuguesa.

Por fim, compreendeu-se que Bento procurou deixar claro que para “sentir a presença do Brasil” era necessário senti-la em suas afirmações e contradições. Bento ressaltou que o estudo regional traz diferenciais e que o conceito de nacionalidade somente poderia ser definido em sua plenitude se levasse em conta a relevância das histórias regionais, onde o discurso científico encontraria sentido no ideal identitário, possibilitando assim o reconhecimento dos critérios fundamentadores das características específicas à formação social e cultural de cada região.

“Presença do Brasil” enquanto um contraponto ao Brasil mestiço e mulato de “Casa Grande & Senzala” inseriu-se num contexto teórico em que eram prementes os conceitos de “raça” e “cultura”, promovendo o debate entre

regionalismos diferenciados, ao mesmo tempo em que possibilitou retomar o ideário de unicidade nacional, fomentado e disseminado desde o projeto republicano no Brasil.

Percebeu-se que a permanência de incertezas e questionamentos sobre a concepção do que é ser brasileiro constitui-se num paralelo sobre qual seria mesmo a “Presença do Brasil” em face de diferenciadas formações sociais e culturais? Certamente que o retorno aos intelectuais que construíram conceitos em torno, fundamentalmente, de uma identidade regional, corresponde a um caminho teórico bastante fértil em termos de busca das condições em que se formularam discursos regionais. Perceberam-se, assim, instâncias de enunciação e discursos autorizados na produção intelectual que permeia o estudo regional.

THE SOCIAL AND CULTURAL FORMATION IN SOUTHERN BRAZIL: A “STAIN BLONDE” AS A COUNTERPOINT TO BRAZIL “MESTIZO AND MULATTO”

ABSTRACT: The analysis dealt with the contrast between the discourse on the “spot blonde” of Brazil, as proposed by Bento Munhoz da Rocha Netto on the book “Presença do Brasil” in relation to Brazil “mestizo and mulatto”, featured in “Casa Grande & Senzala” by Gilberto Freyre. Bento was one of considerable political representation in the Paraná and an intellectual who served in defense of identity and territory Parana. Bento sought to substantiate that in the south to the issue of miscegenation was that great differentiator model approached by Freyre, it was considered the “mulatto” as the Brazilian for training.

KEY WORDS: Regionalism; Social and historical formation; Miscegenation.

NOTAS

- 1 Sobre a relação familiar de Bento com a elite tradicional ervateira no poder regional paranaense: “Talvez Bento tenha sido o maior representante político e o mais refinado intelectual orgânico de sua classe no século XX. Bento era filho de um igualmente Presidente do Paraná durante a República Velha (Caetano Munhoz da Rocha), assim como também foi Presidente do Paraná o seu sogro (Afonso Alves de Camargo), pai de sua esposa Flora. O bisavô de Bento foi o tenente-coronel Caetano José Munhoz, senhor de um dos primeiros engenhos de erva-mate [...] Em verdade, Bento descende diretamente de Mateus Leme e de Baltazar Carrasco dos Reis, fundadores de Curitiba em fins do século XVIII. Em pessoas e famílias como as de Bento Munhoz da Rocha Neto encontram-se o destino e a responsabilidade da classe dominante e dirigente do Brasil e do Paraná. (OLIVEIRA, 2001, p. 10).



- 2 O uso da linguagem e o acesso aos meios discursivos correspondem à própria institucionalização de posições sociais, conforme o “capital simbólico” daqueles que podem fazer uso da linguagem: “O uso da linguagem, ou melhor, tanto a maneira como a matéria do discurso, depende da posição social do locutor que, por sua vez, comanda o acesso que se lhe abre à língua da instituição, à palavra oficial, ortodoxa, legítima. O acesso aos instrumentos legítimos de expressão e, portanto, a participação no quinhão de autoridade institucional [...]. (BOURDIEU, 1996, p. 87).
- 3 Corrêa esclarece que: “O Paraná do século XIX contava com duas elites econômicas que detinham o poder político do estado, formando uma configuração composta pelas elites rurais dos Campos Gerais e a burguesia ervateira de Curitiba e do litoral. Esta tomava cada vez mais o espaço daquela, principalmente após a Guerra do Paraguai, quando a produção da erva-mate se expandiu para atender ao mercado platino, aumentando seu capital econômico e político, que viabilizou uma série de investimentos que alteraram a cidade e as redes de sociabilidade local” (CORRÊA, 2006, p. 30).
- 4 Alfredo Romário Martins nasceu em Curitiba, no dia 08 de dezembro de 1874. Era filho do Tenente-Coronel José Antonio Martins, natural do Rio de Janeiro e de Dona Florência Severina Ferreira Martins, natural de São Paulo. Em razão do falecimento de seu pai em 1889, quando havia completado 15 anos “[...] começou a trabalhar cedo como tipógrafo do “Dezenove de Dezembro”. Jornalista e funcionário público, esteve envolvido na pesquisa de documentos favoráveis ao Paraná nas questões de limites com Santa Catarina. Romário foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Curitiba. Foi deputado estadual por oito vezes, de 1904 a 1928. Foi redator-chefe d'A República, órgão oficial do Partido Republicano Paranaense. Criou a bandeira e o brasão do Estado, o brasão de armas da cidade de Curitiba e propôs o dia 29 de março de 1693 como a data de fundação de Curitiba. Ecologista e apaixonado pela erva-mate, criou o projeto do Código Florestal de Erva-Mate, de Caça e Pesca e da criação de reservas indígenas. Escreveu três edições do seu livro “História do Paraná”, obra ampliada e considerada clássica. Também escreveu sobre vários assuntos ligados à história, à população, aos limites, ao folclore, à natureza, à agricultura e à educação do Paraná. Romário foi casado com Benedita de Menezes Alves Martins, da importante família de descendentes de Francisco Xavier Pinto, Sangerto-Mor e comerciante” (OLIVEIRA, 2001, p. 187-188).
- 5 Segundo Romário Martins, o termo paranismo foi primeiramente utilizado em 1906, por Domingos Nascimento (1863-1915), que foi jornalista, poeta, político e militar. Este, quando de regresso a uma viagem ao norte do Paraná, observou que lá fora identificado pelos nascidos no norte do estado, constituídos em sua maioria por paulistas, como “paranista” e não como “paranaense”, diferenciando assim os que eram naturais do Paraná dos que não haviam nascidos no estado (MARTINS, p. 37, fev./mar. 1948)

- 6 O Cerco da Lapa ao inserir-se no contexto da Revolução Federalista (1893-1895), iniciada no Rio Grande do Sul, tinha no embate por um lado, os pica-paus que contavam com o apoio do governo central de Floriano Peixoto e, por outro lado, os contestadores ao novo regime que, com base no estudo de Joseph Love, na obra “O regionalismo gaúcho”, [...] vieram a ser chamados de “maragatos” pelos que procuravam a legitimação republicana em todo o território brasileiro. A designação de “maragato” resultou do fato de que muitos dos “revoltosos” eram oriundos de uma província uruguaia denominada de Maragateria. O objetivo dos adversários certamente foi atribuir ao movimento revolucionário um certo estrangeirismo, fazendo contraste às finalidades de centralização federativa, empunhada pelos proclamadores da república. Em contrapartida, os maragatos adotaram, juntamente com o lenço vermelho, a designação imposta, passando a denominar os florianistas de “picapaus”, tendo em vista a cor do uniforme azul com o quepe vermelho (CORDOVA, p. 69, 2007).
- 7 “A História do Paraná tem sido a história da ocupação do seu território e da formação das comunidades paranaenses, conforme ensina Brasil Pinheiro Machado. Três foram as ondas povoadoras que, em conjunturas diversas e com motivações distintas, realizaram esta ocupação e formaram as comunidades regionais que hoje constituem o Paraná. Assim, a História do Paraná compreende a formação de três comunidades regionais: a do Paraná tradicional, que se esboçou no século XVII, com a procura do ouro, e estruturou-se no século XVIII sobre o latifúndio campeiro dos Campos Gerais, com base na criação e no comércio do gado e, mais tarde, no século XIX, nas atividades extrativas e no comércio exportador da erva-mate e da madeira; e as do Paraná moderno, já no século XX, sendo a do Norte, com a agricultura tropical do café e que, pelas origens e interesses históricos, ficou, a princípio, mais diretamente ligada a São Paulo, e a do Sudoeste e Oeste, dos criadores de suínos e plantadores de cereais que, pelas origens e interesses históricos, ficou a princípio mais intimamente ligada ao Rio Grande do Sul”. (CARDOSO, 1986, p. 9).
- 8 Wilson Martins publica, em 1955, “Um Brasil Diferente”, atentando que “Assim é o Paraná. Território que, do ponto de vista sociológico acrescentou ao Brasil uma nova dimensão, a de uma civilização original construída com pedaços de tôdas as outras”. Tal obra, ao ser dedicada ao então governador Bento Munhoz da Rocha Netto, confirma o vínculo de relações entre os dois intelectuais. A obra referida foi alvo de algumas polêmicas por definir o Paraná “[...] Sem escravidão, sem negro, sem português e sem índio, dir-se-ia que a sua definição humana não é brasileira” [MARTINS, Wilson, 1955. p. 468]. Outros estudos, como os de Cecília Maria Westphalen e Octávio Ianni, dentre outros, atestariam a presença da escravidão no Paraná, certamente de forma específica ao contexto histórico paranaense.
- 9 Romário Martins já atentava no ano de 1941 para a questão do fluxo imigratório no Paraná, com a obra “Quantos somos e quem somos: dados para a história estatística do povoamento do Paraná”, publicada pela Gráfica Paranaense.

## REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BEGA, Maria Tarcisa Silva. *Sonho e invenção do Paraná: geração simbolista e a construção de identidade regional*. 2001, 442 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Apresentação. Um livro perene. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51. ed. rev. São Paulo: Global, 2006. p. 22.
- CARDOSO, Jayme Antonio; WESTPHALEN, Maria Cecília. *Atlas histórico do Paraná*. 2. ed. rev. ampl. Curitiba: Ed. do Chain, 1986.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CORDOVA, Maria Julieta Weber. *Tingüís, pioneiros e adventícios na mancha loira do sul do Brasil: o discurso regional de formação social e histórica paranaense*. 296 p. Tese (Doutorado em Sociologia).
- CORDOVA, Maria Julieta Weber. O paranismo e o processo de produção historiográfica paranaense: o episódio do Cerco da Lapa. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 12, n. 2, p. 151-190, 2007.
- CORDOVA, Maria Julieta Weber. *A produção da memória e o patrimônio tombado na Lapa/PR: perspectivas para o currículo escolar*. Ponta Grossa, 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2003
- CORRÊA, Amélia Siegel. *Imprensa e política no Paraná: prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX*. 2006, 231 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.
- INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO PARANÁ; SOCIEDADE DE AGRICULTURA DO PARANÁ. *Programma Geral do Centro Paranista*. Curityba: Livraria Mundial, 1927.
- MARTINS, Wilson. *Um Brasil Diferente: Ensaio sôbre fenômenos de aculturação no Paraná*. São Paulo: Anhembi, 1955.

MARTINS, Romário. *O brasão de armas do Paraná e os seus símbolos*. Curitiba: Arquivo Público do Paraná - APPR, [19--]. [Datilografado]. cx. 10

MARTINS, Romário. *Origem das bandeiras*. Curitiba: Arquivo Público do Paraná - APPR. [19--]. cx. 10

MARTINS, Romário. *Paranística*. A Divulgação. Curitiba, p. 37, fev./mar. 1948.

MARTINS, Romário. *Quantos somos e quem somos: dados para a história estatística do povoamento do Paraná*. Curitiba: Gráfica Paranaense, 1941.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e estado no Paraná*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. *Discursos parlamentares*. Curitiba: Ed. do Chain, 2006.

ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. *O Paraná, Ensaio*. Curitiba: Farol do Saber, 1995.

ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. *Ensaio*. Curitiba: Edições ER. 1969.

ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. *Tinguís*. Curitiba: [s.n.], 1968.

ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. *Mensagem da América*. Curitiba: UFPR, 1962.

ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. *Presença do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio. 1960.

ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. O Paraná é um livro aberto de sociologia. *O Estado do Paraná*. Curitiba, 17 jan.1954, p. 1.

SORÁ, Gustavo. A construção sociológica de uma posição regionalista: reflexões sobre a edição e recepção de casa-grande & senzala de Gilberto Freyre. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 36, fev. 1998. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69091998000100008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000100008&lng=pt&nrm=iso)>. acesso em 22 jun. 2010.

TREVISAN, Edilberto. *As nascentes do paranismo*. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 9 jun. 1991.